

CLIPPING IMPRESSO

06/11/2021



INDICE

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua

acarloslua@folha.com.br



História que os livros não contam

No dia 7 setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, D. Pedro I – na época príncipe regente – declarou o Brasil um país independente de Portugal. Isso apenas no plano formal, uma vez que país ainda dependia do capital externo e continuaria sendo governado por um monarca, com D. Pedro I tornando-se Imperador do recém-criado Brasil.

Na verdade, o Brasil foi proclamado independente apenas no papel. Para as massas nada mudou com as mazelas e os horrores do trabalho escravo no país.

Ao contrário do senso comum, o processo de Independência do Brasil não foi pacífico. Foram necessários mais de três anos para que o novo país expulsasse as tropas portuguesas, para garantir o reconhecimento de seu novo posicionamento oficial como Nação continental.

Articulações políticas foram feitas para a criação da bandeira nacional, símbolos institucionais e uma tentativa de formatação de uma Constituição em meio a muitas turbulências internas com relação à manutenção de um sistema econômico baseado no trabalho escravo, conforme exigência da elite na época.

O temor de uma revolução de negros escravizados e ex-escravos, tal como ocorreu no Haiti, unia os poucos privilegiados que insistiam na manutenção de um sistema escravocrata no país, com todas suas barbaridades e violências.

A renda e poder político continuaram sendo controlados por um grupo elitizado. O voto era reservado a poucos e sequer era cogitada a participação das mulheres no processo político.

Mas foi justamente uma mulher – Dona Maria Leopoldina, a esposa de D. Pedro I – a grande articuladora da emancipação brasileira. Com sua sensibilidade política, ela advertiu seu marido sobre o horizonte que se delineava para o Brasil. Sua atitude, apesar de sufocada e silenciada pela história, foi essencial para os novos rumos da nação que germinava.

Assim, portanto, foi o nascimento do Brasil, um país atípico e desigual, que até hoje mantém as mesmas mazelas presentes na sua trajetória, com uma grande massa populacional ainda aprisionada pelos grilhões e algemas da escravidão.

Conquista

Apesar do aviso de um dos mais influentes poetas do Século XX, Carlos Drummond de Andrade, que em vida deixou bem claro que os legisladores não decretam a felicidade de ninguém – sendo esta uma conquista e não uma dádiva – os brasileiros continuam acreditando que a solução para a crise brasileira passa apenas pela milagrosa reforma política, sem a alteração das regras que ameaçam do sistema democrático.

Reforma

Com um Congresso desmoralizado e partidos políticos que não representam ninguém, a reforma política defendida agora por governantes não vai atender ao clamor da sociedade por mudanças nesse grande caldeirão de aprendiz de feiticeiro que não se preocupa com os efeitos colaterais de seus experimentos.

Arremedo

A reforma que nos apresentam é um arremedo e não oferece as mínimas condições políticas de passar o Brasil a limpo. Na atual conjuntura, ela beneficiará apenas o Governo Federal que tomou de assalto o Estado e agora se aliou com o ‘Centrão’, controlando o Congresso Nacional, manifestando uma característica absolutista como revelam os exemplos recentes e bem significativos desse resquício de poder imperial.

Falência

No projeto de reforma engendrado hoje no Congresso Nacional não se cogita sequer um debate sério sobre a falência dos partidos políticos, cuja atuação no Brasil vem

resumindo-se apenas à defesa de interesses eleitoreiros com a prática do clientelismo em arranjos pragmáticos e casuísticos.

Atuação

Os partidos políticos – que têm atuação duvidosa como canal de representação dos segmentos da sociedade civil – visam apenas os benefícios que a criação de legendas traz consigo, como, por exemplo, os recursos do Fundo Partidário e o direito a tempo de Rádio e TV, que hoje é uma preciosa moeda de troca em negociações eleitorais, capazes de garantir cargos e poder.

Aluguel

A maioria dos partidos políticos brasileiros funcionam como legendas de aluguel, facções, grupos ambiciosos, fisiológicos, em busca do controle exclusivo de pedaços da “esfera pública” para suas clientelas, usando instrumentos retóricos para chegar ao poder, causando efeitos maléficos na política.

Travessia

Nesse momento, só serve aos brasileiros uma reforma política que venha ser realmente a travessia para um regime legítimo, popular, representativo, que reconstrua a ordem constitucional-democrática comprometida com a emergência das massas.

Conquista

Uma reforma política no Brasil não virá, certamente, sem luta, pois é exatamente o processo da conquista que transforma o jeito de fazer política, alterando as correlações de força e não apenas fazendo a inserção de algumas combinações de palavras em folha de papel para se garantir um milagre diante de nossa tragédia continuada.